CADERNO DE
EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE
Volume 24, Número Especial, e38401, 2026
http://doi.org/10.36453/cefe.2026.38401
ISSN 2318-5104
unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Artigo Original

Esporte, natureza e território: a oferta de práticas corporais no Pantanal de Mato Grosso do Sul

Sport, nature and territory: the offer of bodily practices in the Pantanal of Mato Grosso do Sul

Philipe Rocha de Camargo, Maria Eduarda da Costa e Silva, Giovanna Maarouf Fenuchi
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil

HISTÓRICO DO ARTIGO
Recebido: 01.07.2026
Revisado: 03.09.2026
Aprovado: 13.09.2026

PALAVRAS-CHAVE
Esportes de Aventura;
Pantanal;
Turismo de Natureza.

KEYWORDS
Adventure Sports;
Pantanal;
Nature-Based Tourism.

PUBLICADO
01.10.2026

AUTOR CORRESPONDENTE
Philipe Rocha de Camargo

COMO CITAR ESTE ARTIGO (*HOW TO CITE*)
CAMARGO, P. R. de; COSTA E SILVA, M. E. da; FENUCHI, G. M. Esporte, natureza e território: a oferta de práticas corporais no Pantanal de Mato Grosso do Sul. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 24, n. esp., e38401, 2026. 10.36453/cefe.2026.38401.

RESUMO

INTRODUÇÃO: As práticas corporais e esportivas realizadas em ambientes naturais têm ganhado destaque nos debates sobre esporte, lazer, turismo e estilos de vida. No Pantanal Sul-Mato-Grossense, essas práticas se relacionam com rios, pesca, navegação, turismo e modos de vida locais, mas sua existência territorial não garante, necessariamente, oferta formal ampla e socialmente acessível.
OBJETIVO: Analisar a oferta formal de práticas corporais e esportivas de natureza na região de Corumbá, no Pantanal Sul-Mato-Grossense, considerando modalidades ofertadas, formatos de acesso, valores praticados e características operacionais.
MÉTODOS: Trata-se de um estudo descritivo-documental, com abordagem qualitativa. A coleta foi realizada em fevereiro de 2026, a partir de redes sociais, sites de operadores turísticos, páginas institucionais, materiais promocionais digitais, materiais impressos e canais de atendimento. As informações foram sistematizadas em matriz analítica e analisadas de forma descritiva e interpretativa.
RESULTADOS: Foram identificadas 21 ofertas vinculadas a 12 prestadores de serviço, agrupadas em navegação recreativa, canoagem e pesca esportiva embarcada. Os valores variaram de R$ 50,00 a R$ 8.500,00, com diferenças expressivas entre práticas de curta duração e pacotes turísticos de longa duração. A oferta formal mostrou-se concentrada em práticas vinculadas às águas e mediada, predominantemente, por operadores privados.
CONCLUSÃO: O Pantanal Sul-Mato-Grossense constitui um território de práticas corporais e esportivas de natureza, mas a oferta formal identificada representa apenas uma forma específica e parcial de apropriação desse território, marcada por mediações comerciais, econômicas, culturais e institucionais.

ABSTRACT

BACKGROUND: Bodily and sport practices performed in natural environments have gained prominence in debates on sport, leisure, tourism and lifestyles. In the Southern Pantanal of Mato Grosso do Sul, these practices are related to rivers, fishing, navigation, tourism and local ways of life, but their territorial presence does not necessarily ensure a broad and socially accessible formal offer.
OBJECTIVE: To analyze the formal offer of nature-based bodily and sport practices in the region of Corumbá, in the Southern Pantanal of Mato Grosso do Sul, considering the modalities offered, access formats, prices and operational characteristics.
METHODS: This is a descriptive documentary study with a qualitative approach. Data were collected in February 2026 from social media, websites of tourism operators, institutional pages, digital promotional materials, printed materials and service channels. The information was organized in an analytical matrix and analyzed descriptively and interpretively.
RESULTS: Twenty-one offers linked to 12 service providers were identified and grouped into recreational navigation, canoeing and sport fishing on boats. Prices ranged from BRL 50.00 to BRL 8,500.00, with marked differences between short-term practices and long-term tourism packages. The formal offer was concentrated in water-related practices and predominantly mediated by private operators.
CONCLUSION: The Southern Pantanal of Mato Grosso do Sul constitutes a territory of nature-based bodily and sport practices, but the formal offer identified represents only a specific and partial form of appropriation of this territory, shaped by commercial, economic, cultural and institutional mediations.

Open Access
Full Text Article

Este artigo foi publicado sob a licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

▼ INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as práticas corporais e esportivas realizadas em ambientes naturais passaram a ocupar posição de destaque nos debates sobre esporte, lazer, turismo e estilos de vida. Essas práticas não se organizam, necessariamente, pela lógica tradicional do esporte competitivo, federado ou institucionalizado (Dias; Melo; Alves Júnior, 2007). Elas se vinculam à experiência corporal, ao contato com a natureza, à aventura, ao risco controlado, ao consumo e a formas singulares de vivenciar o tempo livre.

Os esportes de natureza e aventura ampliam, assim, os sentidos atribuídos ao esporte contemporâneo, tensionando a ideia de que ele se restringe às modalidades convencionais, aos espaços formais de treinamento ou às competições regulamentadas. Ao mesmo tempo, não podem ser analisados como experiências livres, espontâneas ou igualmente acessíveis a todos os grupos sociais.

A literatura sobre esportes de estilo de vida indica que essas práticas se articulam a processos de identidade, pertencimento, consumo e diferenciação social. Embora associadas a valores como liberdade, autonomia e contato com o ambiente natural, sua realização depende de condições concretas de acesso, como disponibilidade econômica, tempo livre, equipamentos, deslocamentos, saberes técnicos, redes de sociabilidade e familiaridade cultural com determinados modos de praticar o esporte e o lazer (Wheaton, 2013; Gilchrist; Wheaton, 2011).

Essa discussão torna-se especialmente relevante no Pantanal Sul-Mato-Grossense, território marcado por rios, baías, áreas alagáveis, biodiversidade e paisagens naturais valorizadas no contexto turístico. Em municípios como Corumbá, Aquidauana e Anastácio, a relação com as águas não se expressa apenas como atrativo turístico, mas como parte de modos de vida, trabalho, lazer, deslocamento, pesca, navegação e sociabilidade (Silva; Silva, 1995; Banducci Júnior, 2002; Moretti, 2006).

A pesca ocupa posição central nesse contexto e assume diferentes formas sociais, como a pesca profissional artesanal, de subsistência, a coleta de iscas vivas, a pesca amadora e a pesca esportiva vinculada ao turismo (Catella, 2003; Machado; Costa, 2017). Essa diversidade demonstra que uma mesma prática pode assumir sentidos distintos conforme as condições sociais, econômicas e culturais em que é realizada.

Assim, é importante diferenciar as práticas territoriais cotidianas da oferta formal de esporte, lazer e turismo. Uma família que pesca para consumo, uma criança que toma banho no rio, um morador que navega por necessidade ou lazer e um visitante que contrata um pacote turístico de pesca embarcada não participam da mesma lógica social, ainda que essas experiências ocorram no mesmo território.

Essa distinção é central para o estudo. A existência de rios, paisagens naturais e saberes locais não garante, por si só, a democratização do acesso às práticas corporais e esportivas de natureza. Quando essas experiências dependem de operadores privados, embarcações, equipamentos, guias, hospedagem, pacotes e valores elevados, o acesso deixa de ser apenas uma questão geográfica e passa a depender de tempo e recursos econômicos, culturais e simbólicos.

As reflexões sociológicas acerca do esporte ajudam a compreender que essas práticas não são apropriadas de maneira neutra pelos diferentes grupos sociais. Ao discutir o esporte como uma oferta socialmente produzida, Bourdieu (1978) chama atenção para as condições de acesso a determinados 'produtos esportivos': não basta que a prática exista; é necessário dispor dos capitais para reconhecê-la, desejá-la, acessá-la e realizá-la.

No Pantanal, essa reflexão permite problematizar uma aparente contradição. O território é ambientalmente propício, marcado culturalmente pela relação com os rios e reconhecido por suas paisagens, mas isso não significa que a oferta formal dessas práticas seja ampla, diversificada ou acessível, podendo se organizar por lógicas comerciais que selecionam os públicos capazes de acessá-la.

Essa problemática também dialoga com o debate sobre esporte, lazer e políticas públicas. O reconhecimento dessas dimensões da vida social não assegura ações públicas permanentes, diversificadas e territorialmente adequadas. A oferta de práticas corporais em ambientes naturais exige planejamento, mediação profissional, segurança, continuidade institucional e formas de acesso que ultrapassem a lógica exclusiva do consumo turístico (Gilchrist; Wheaton, 2011).

Diante desse cenário, este estudo analisa a oferta de práticas corporais e esportivas de natureza na região de Corumbá, no Pantanal Sul-Mato-Grossense. Busca identificar as modalidades ofertadas, os formatos de acesso, os valores praticados e as características operacionais que a estruturam, compreendendo em que medida essa configuração amplia, restringe ou seleciona as possibilidades de apropriação das práticas corporais em um território ambientalmente propício, mas socialmente atravessado por mediações econômicas, culturais e institucionais.

▼ MÉTODOS

Este estudo possui caráter descritivo-documental, com abordagem qualitativa, voltado à análise da oferta formal de práticas corporais e esportivas de natureza na região de Corumbá, no Pantanal Sul-Mato-Grossense. A unidade de análise correspondeu às ofertas identificadas, considerando modalidade, prestador do serviço, formato de acesso, duração, valores praticados e características operacionais.

A coleta de dados foi realizada em fevereiro de 2026. Foram consultadas redes sociais, especialmente Facebook e Instagram; sites de operadores turísticos; páginas institucionais da Prefeitura Municipal de Corumbá, sobretudo da Secretaria Municipal de Turismo; materiais promocionais digitais e impressos disponíveis na região

da Orla do Porto Geral; e canais de atendimento dos operadores locais, utilizados para confirmar informações objetivas sobre serviços, valores, duração e formatos de realização. Ao final, realizou-se conferência das informações e dos links utilizados, sem ampliação da matriz empírica inicialmente sistematizada.

A busca foi conduzida de modo exploratório e progressivo, a partir de expressões relacionadas ao turismo, ao território e às práticas corporais e esportivas de natureza. Foram utilizadas combinações como "passeios no Pantanal", "passeio em Corumbá", "turismo no Pantanal", "turismo em Corumbá", "turismo de pesca", "pesca esportiva", "pesca no Pantanal", "passeio de barco", "navegação", "canoagem", "caiaque", "*stand up paddle*", "SUP" e "canoa polinésia". À medida que novas ofertas eram identificadas, os termos eram ajustados conforme as modalidades e prestadores encontrados.

Essa estratégia é compatível com a natureza documental e exploratória da investigação, em que a seleção e a análise das fontes consideram sua pertinência ao problema investigado e não apenas a aplicação rígida de termos previamente definidos (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009). Em pesquisas qualitativas realizadas em ambientes digitais, o percurso metodológico também pode ser ajustado ao objeto, às fontes disponíveis e à dinâmica dos meios consultados, desde que descrito com clareza e coerência analítica (Castro; Spínola, 2015).

A coleta foi encerrada quando as buscas passaram a apresentar recorrência das mesmas ofertas, prestadores e informações, sem identificação de novos serviços ou registros relevantes para a matriz analítica. Esse procedimento foi compreendido como saturação documental operacional.

O corpus documental foi definido de forma não probabilística, por conveniência e disponibilidade de informações. Foram incluídas ofertas de práticas corporais e esportivas de natureza com informações mínimas sobre modalidade, valor, duração e formato de acesso, e desconsiderados registros sem dados suficientes para sua caracterização ou fora do escopo do estudo.

As informações foram sistematizadas em matriz analítica elaborada em planilha eletrônica, reunindo prestador do serviço, modalidade ofertada, tipo de prática, duração, valor, formato de acesso e características operacionais. As atividades foram classificadas segundo duração, tipo de prática e forma predominante de oferta. Para fins de organização, canoagem, caiaque, *stand up paddle* e canoa polinésia foram agrupadas na categoria operacional "canoagem", por envolverem deslocamento, equilíbrio e/ou propulsão em embarcações leves, conforme aparecem na oferta local.

A análise foi descritiva e interpretativa, considerando a distribuição das modalidades, os valores praticados, os formatos de acesso e a concentração das ofertas. Por se tratar de pesquisa documental baseada em informações públicas, promocionais e comerciais objetivas, sem coleta de dados pessoais, entrevistas ou identificação de participantes, o estudo não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa.

▼ RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Pantanal como território de práticas e a oferta formal identificada

O Pantanal Sul-Mato-Grossense precisa ser compreendido como um território historicamente atravessado por práticas sociais, econômicas, culturais, corporais e turísticas. Mais do que uma paisagem natural favorável ao lazer ou ao turismo, trata-se de um território em que diferentes grupos se relacionam com os rios, a pesca, os deslocamentos, o trabalho, o lazer e as formas de uso da natureza (Silva; Silva, 1995; Banducci Júnior, 2002; Moretti, 2006).

Essa perspectiva evita tratar o Pantanal como espaço vazio, disponível apenas para a exploração turística. Antes de aparecer como produto, pacote comercial ou experiência esportiva formalizada, o território já é vivido por populações locais, pescadores, trabalhadores do turismo, ribeirinhos, guias, piloteiros, visitantes e moradores urbanos. Essas relações envolvem trabalho, subsistência, lazer, sociabilidade, circulação e consumo turístico (Banducci Júnior, 2002; Catella, 2003; Machado; Costa, 2017).

A pesca é uma das práticas centrais para compreender esse processo. Catella (2003) indica que a pesca no Pantanal Sul não deve ser entendida como prática única, pois envolve pesca profissional artesanal, pesca de subsistência, pesca amadora, pesca esportiva e turismo de pesca. Trata-se, portanto, de uma prática social plural, situada entre trabalho, lazer, economia, tradição e regulação ambiental.

No caso de Corumbá, a pesca também assumiu forte expressão turística. Machado e Costa (2017) demonstram que o turismo de pesca se consolidou como atividade relevante para o município, articulando fluxo de visitantes, cruzeiros fluviais, hospedagem, alimentação, transporte, guias, operadores e serviços complementares. A pesca esportiva embarcada constitui, assim, uma oferta turística organizada, dependente de infraestrutura, serviços e mediações comerciais.

Essa centralidade da pesca ajuda a compreender a trajetória do turismo regional. Violin e Alves (2017) indicam a força histórica da pesca em Mato Grosso do Sul e a posterior ampliação de práticas associadas à natureza. A produção sobre ecoturismo no Pantanal também trata o território como espaço de contato com a natureza, observação da paisagem, interpretação ambiental, deslocamentos, navegação e práticas corporais em ambientes naturais (Rotta; Luna; Weis, 2006). Outros estudos ampliam essa leitura ao abordar representações da identidade pantaneira no turismo (Araújo, 2023), relações entre turismo, rio, trabalho e condição ribeirinha (Costa; Santos, 2026) e possibilidades de apropriação corporal, educativa e cultural por meio de trilhas ecológicas e mochilagem (Santos, 2021; Silva, 2025).

É nesse contexto que se insere a matriz analítica deste estudo. O levantamento realizado identificou 21 ofertas formalmente disponibilizadas de práticas corporais e esportivas de natureza na região de Corumbá,

Quadro 1. Caracterização das ofertas formais de práticas corporais e esportivas de natureza identificadas na região de Corumbá.

Grupo de prática	nº de ofertas	Duração predominante	Tipo de atividade	Valores identificados	Formato predominante
Navegação recreativa	4	Curta duração, entre 1h e 3h	Contemplativa	R$ 50,00 a R$ 150,00 por pessoa	Passeio embarcado
Canoagem, caiaque, SUP e canoa polinésia	7	Curta duração ou prática recorrente	Ativa	R$ 50,00 a R$ 70,00 por hora; mensalidade de R$ 250,00	Locação, passeio guiado e mensalidade
Pesca esportiva embarcada	10	Longa duração	Ativa	R$ 5.850,00 a R$ 8.500,00 por pessoa	Pacote turístico embarcado
Total	21	—	17 ativas e 4 contemplativas	R$ 50,00 a R$ 8.500,00	—

Fonte: Dados da pesquisa, organizados a partir da matriz analítica elaborada pelos autores.
Nota: Os valores estão expressos em reais (R$) e correspondem às informações disponíveis e/ou confirmadas no período da coleta, realizada em fevereiro de 2026. O número de ofertas refere-se aos registros catalogados na matriz, não ao número total de prestadores identificados.

vinculadas a 12 prestadores de serviço e organizadas segundo modalidade, formato de acesso, duração, valores praticados e características operacionais.

As ofertas identificadas foram agrupadas em três conjuntos principais: navegação recreativa, canoagem e pesca esportiva embarcada. Como mostra o Quadro 1, navegação e canoagem concentraram as ofertas de menor duração e menor custo, enquanto a pesca esportiva embarcada reuniu dez ofertas de longa duração, com valores entre R$ 5.850,00 e R$ 8.500,00 por pessoa. Esses pacotes envolviam embarcação, hospedagem, alimentação, equipe profissional, deslocamento fluvial e serviços vinculados ao turismo de pesca. No conjunto, 17 atividades foram classificadas como ativas e quatro como contemplativas.

Os dados mostram que a oferta formal identificada se concentra em práticas vinculadas às águas, especialmente navegação, canoagem e pesca esportiva embarcada. Esse resultado dialoga com a literatura regional, que aponta a centralidade dos rios, da pesca e do turismo de pesca na constituição social e econômica de Corumbá (Catella, 2003; Machado; Costa, 2017). Ao mesmo tempo, a matriz revela que a formalização da oferta não abrange toda a diversidade de práticas possíveis no território.

Há, portanto, uma relação tensionada entre um território reconhecido por suas possibilidades de práticas corporais e esportivas de natureza e uma oferta formal mais restrita, concentrada e comercialmente mediada. O Pantanal Sul-Mato-Grossense aparece como território de práticas, mas a oferta identificada representa apenas uma forma específica de apropriação desse território.

O contraponto entre território de prática e oferta praticada

Nem todo território de prática se converte, de fato, em práticas ofertadas. No caso do Pantanal Sul-Mato-Grossense, essa distinção é importante para compreender os dados levantados. O fato de a região ser reconhecida por suas possibilidades de pesca, navegação, turismo de natureza, trilhas, deslocamentos e experiências corporais não significa que todas essas práticas estejam formalmente disponíveis, organizadas ou acessíveis do mesmo modo.

Essa diferença aparece de maneira clara na pesca. Catella (2003) mostra que ela assume diferentes formas sociais no Pantanal Sul, vinculadas ao trabalho, à subsistência, ao lazer e ao turismo. Em Corumbá, Machado e Costa (2017) demonstram que a pesca esportiva se consolidou como atividade turística articulada a hospedagem, alimentação, transporte, embarcações, guias, operadores e serviços complementares. Nesse caso, uma prática realizada no território passa a ser organizada como produto turístico. A prática não desaparece, mas é reorganizada por outra lógica.

É nesse ponto que a noção de oferta praticada se torna útil. Ela não corresponde simplesmente à existência de uma prática no território, mas à sua conversão em serviço, pacote, passeio, locação, diária, mensalidade ou experiência comercialmente organizada. A pesca esportiva embarcada, por exemplo, depende de embarcação, equipe profissional, alimentação, hospedagem, deslocamento fluvial e agenciamento turístico. Essa estrutura é distinta da pesca realizada como trabalho, subsistência, aprendizagem familiar ou lazer cotidiano.

A literatura regional permite compreender essa diferença. Banducci Júnior (2002) evidencia que o turismo de pesca depende de sujeitos locais, saberes práticos e formas de trabalho que nem sempre aparecem como protagonistas da experiência vendida ao visitante. Rodrigues (2008) também mostra, no Porto da Manga, a inserção de comunidades locais no turismo por meio da pesca, da coleta de iscas, do apoio aos visitantes e da prestação de serviços. No Passo do Lontra, Costa e Santos (2026) indicam que o rio pode ser compreendido simultaneamente como espaço de trabalho, circulação, moradia, turismo e apropriação econômica. Ele não é, portanto, apenas atrativo turístico, mas suporte de modos de vida e relações sociais anteriores à oferta formal.

Nesse sentido, o território de prática é mais amplo do que a oferta praticada. Ele inclui práticas cotidianas, saberes locais, relações de trabalho, usos familiares, experiências de lazer e formas de deslocamento. A oferta praticada corresponde a uma parte desse universo, formalizada por operadores, instituições, eventos ou agentes comerciais. A matriz deste estudo captou essa segunda dimensão, isto é, as práticas que apareceram como oferta formal identificável.

Essa distinção também ajuda a compreender por que outras possibilidades do território apareceram de forma limitada na matriz. A literatura sobre ecoturismo aponta práticas de observação da paisagem, interpretação

ambiental, caminhadas, navegação, educação ambiental e contato com a natureza (Rotta; Luna; Weis, 2006), enquanto estudos sobre trilhas ecológicas indicam seu potencial educacional e interpretativo (Silva, 2025). Araújo (2023) mostra, ainda, que elementos do território vivido e da identidade pantaneira podem ser mobilizados no campo turístico e transformados em valor simbólico. No levantamento realizado, porém, a oferta formal concentrou-se em navegação recreativa, canoagem e pesca esportiva embarcada.

A mesma tensão pode ser observada nos eventos de aventura. O Eco Pantanal Extremo, também divulgado em diferentes momentos como Pantanal Extremo, é realizado em Corumbá com modalidades como corrida de trilha, canoagem, *mountain bike*, maratona aquática e *stand up paddle* (Prefeitura Municipal de Corumbá, 2023; Prefeitura Municipal de Corumbá, 2026a). O evento projeta Corumbá como espaço privilegiado para os esportes de natureza e associa o território ao turismo, à aventura e à visibilidade regional. Essa projeção também envolve agentes públicos que organizam, financiam e divulgam o evento, associando suas ações institucionais à imagem do Pantanal. Para este estudo, contudo, o ponto central é que essa visibilidade não se converte automaticamente em oferta pública, regular e acessível de práticas corporais e esportivas de natureza.

No Pantanal Extremo, a oferta está relacionada ao esporte competitivo, à inscrição em provas, à presença de atletas e à organização episódica de modalidades de aventura. Não se trata, necessariamente, de uma oferta permanente para que a comunidade participe e faça uso contínuo desse território de prática. Essa diferença também aparece na própria instabilidade do evento: previsto no calendário esportivo municipal de 2025, não foi realizado naquele ano e foi posteriormente realocado para 2026, sob justificativa de questões administrativas e financeiras. A página oficial indica nova previsão para os dias 6, 7 e 8 de novembro de 2026, sujeita a alterações, evidenciando sua dependência de calendário institucional, financiamento e articulações administrativas (Prefeitura Municipal de Corumbá, 2025; Prefeitura Municipal de Corumbá, 2026a).

Assim, embora o Pantanal Sul-Mato-Grossense constitua um território de práticas, as ofertas formalizadas correspondem apenas a uma fração desse universo. Essa fração é relevante, mas parcial. Ancorada em discussões da sociologia do esporte (Bourdieu, 1978; Wheaton, 2013), essa relação permite compreender como determinadas práticas são convertidas em serviços, pacotes, eventos, provas e experiências turísticas ou competitivas, enquanto outras permanecem vinculadas ao cotidiano, ao trabalho, à aprendizagem local, à educação ambiental ou a formas menos formalizadas de apropriação do território.

Condições sociais de apropriação da oferta e o papel do Estado como mediador do acesso

A diferença entre território de prática e oferta praticada também permite discutir as condições sociais necessárias para que determinadas experiências sejam apropriadas pelos sujeitos. A existência de rios, paisagens naturais, embarcações, equipamentos ou operadores turísticos não garante as mesmas possibilidades de acesso, que dependem de condições econômicas, culturais, corporais, temporais e simbólicas.

Essa leitura dialoga com Bourdieu (1978), para quem o esporte deve ser compreendido como uma oferta socialmente produzida e apropriada de forma desigual pelos diferentes grupos sociais. Não basta, nessa perspectiva, perguntar quais práticas existem, mas quem dispõe das condições para reconhecê-las, desejá-las, acessá-las e realizá-las. Souza e Marchi Júnior (2017) reforçam essa contribuição ao mostrar que a sociologia do esporte permite analisar as práticas esportivas em suas relações com gostos, estilos de vida, capitais e mecanismos de diferenciação social.

No caso deste estudo, não se pretende afirmar que os praticantes pertencem a determinado grupo social, pois a matriz analisou a oferta, e não os praticantes. O argumento é outro: a oferta formal identificada pressupõe condições de apropriação que não estão igualmente distribuídas. Essa diferença torna-se especialmente visível nos valores, na duração das atividades, nos formatos de contratação e no tipo de mediação exigida.

O capital econômico aparece de maneira direta. As práticas de curta duração, como passeios embarcados, caiaque, *stand up paddle* e canoa polinésia, apresentam valores menores em termos absolutos. Ainda assim, dependem de pagamento, deslocamento, informação prévia e disponibilidade para acessar o serviço. Já os pacotes de pesca esportiva embarcada, entre R$ 5.850,00 e R$ 8.500,00 por pessoa, envolvem vários dias de permanência, embarcação, hospedagem, alimentação, equipe profissional e organização turística.

A disponibilidade temporal também é relevante. Uma atividade de uma ou duas horas exige disponibilidade distinta daquela demandada por um pacote embarcado de vários dias, que envolve afastamento das atividades cotidianas, planejamento, deslocamento e permanência no território como consumidor de uma experiência turística. O tempo livre, nesse caso, também é socialmente distribuído.

Além disso, há condições culturais e corporais envolvidas. Algumas práticas exigem familiaridade com equipamentos, com a água, com os aspectos de segurança, com formas de contratação e com modos específicos de consumir experiências na natureza. Mesmo sem exigência técnica formal, saberes práticos e disposições corporais podem facilitar ou dificultar a participação. Bungenstab, Souza e Garcia (2022) ajudam a pensar essa dimensão ao discutirem o capital esportivo como resultado de experiências, aprendizagens, disposições incorporadas e trajetórias sociais.

As práticas de aventura e natureza também são atravessadas por valores simbólicos. Pescar no Pantanal, navegar pelo rio, remar em uma paisagem reconhecida ou participar de um evento de aventura pode produzir distinção, pertencimento, reconhecimento e consumo simbólico do território. Wheaton (2004; 2013) mostra que

os esportes de estilo de vida se articulam a identidades, mercados, consumos, pertencimentos e diferenças sociais.

Esse recorte também ajuda a compreender a centralidade das ofertas privadas na matriz. As buscas em páginas institucionais da Prefeitura Municipal de Corumbá e em notícias relacionadas ao esporte e ao lazer não permitiram identificar oferta pública sistematizada, contínua e aberta à comunidade de práticas esportivas de natureza e aventura. Entre as iniciativas localizadas, o projeto Escola Extrema foi noticiado em 2014 como ação voltada a estudantes da rede municipal, com vivências de canoagem e intenção de difundir modalidades como *stand up paddle* e corrida de trilha nas aulas de Educação Física (GloboEsporte.com, 2014). Não foram encontrados registros posteriores suficientemente sistemáticos que indicassem sua consolidação como política permanente.

Esse quadro contrasta com programas municipais esportivos mais facilmente identificáveis, como o Geração Olímpica, cuja oferta institucional recente contempla modalidades convencionais, como futsal, futebol de campo, voleibol, natação, judô e xadrez (Prefeitura Municipal de Corumbá, 2026b). Assim, a matriz concentrou-se predominantemente em ofertas privadas não por escolha prévia do estudo, mas porque a oferta formal identificável aparece, nas fontes consultadas, mediada principalmente por operadores turísticos e prestadores de serviço.

Essa constatação desloca a análise para o papel do Estado na mediação do acesso. No Brasil, a Constituição Federal estabelece que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, além de incentivar o lazer como forma de promoção social (Brasil, 1988). O esporte, portanto, não se apresenta apenas como produto de mercado ou escolha individual de consumo, mas também como direito e prática de interesse público.

Essa leitura também se aproxima da discussão sobre bens meritórios. Musgrave (1959) e Musgrave e Musgrave (1989) mostram que determinados bens podem justificar intervenção pública quando sua relevância social ultrapassa a preferência privada.

A existência de oferta privada não elimina essa dimensão pública. Watt (2006), ao discutir a gestão do esporte nos setores público, privado e voluntário, mostra que a provisão esportiva envolve diferentes formas de organização, financiamento, gestão, segurança e responsabilidade social. Quando o acesso passa a depender da capacidade de pagamento, da demanda turística e da rentabilidade dos serviços, torna-se relevante examinar em que medida essa configuração amplia ou restringe as possibilidades de participação.

Essa questão também pode ser lida sociologicamente a partir de Bourdieu. Ao analisar o Estado, o autor mostra que a ação estatal não se reduz à execução administrativa de serviços, mas envolve a produção de classificações oficiais, a construção de problemas públicos e a transformação de interesses particulares em linguagem universal (Bourdieu, 2014). Nessa perspectiva, a presença ou a ausência do Estado participa da definição do que será tratado como direito, política pública, serviço, evento, mercadoria ou escolha individual de consumo. Bourdieu (1998), ao distinguir a "mão esquerda" e a "mão direita" do Estado, também permite reconhecer tensões entre funções sociais e racionalidades econômicas e administrativas.

No caso das práticas corporais e esportivas de natureza em Corumbá, a questão pública emerge justamente porque a oferta formal identificada depende, em grande medida, da mediação do mercado turístico. O problema não está na existência da oferta privada, mas na possibilidade de ela se tornar a principal forma institucionalizada de acesso ao território. Quando a iniciativa privada estrutura a maior parte das experiências disponíveis, a oferta tende a ser organizada segundo critérios de viabilidade econômica, demanda turística, capacidade de pagamento e rentabilidade dos serviços.

A mediação estatal, nesse cenário, não significa que o poder público deva ofertar diretamente todas as atividades ou substituir os operadores privados, mas induzir, regular, financiar ou articular formas de acesso que não se restrinjam ao consumo turístico. Essa mediação pode ocorrer por meio de planejamento, financiamento, formação profissional, segurança, acessibilidade, regulação, continuidade institucional e articulação com os sujeitos locais (Watt, 2006). Starepravo, Souza e Marchi Júnior (2013) contribuem ao indicar que as políticas públicas de esporte e lazer não devem ser compreendidas como ações neutras ou isoladas, mas como construções inseridas em relações institucionais, disputas e diferentes formas de apropriação do esporte.

Essa mediação também envolve inclusão, segurança e formação profissional. As práticas de aventura e natureza exigem conhecimentos sobre ambiente, equipamentos, risco, condução, adaptação e mediação pedagógica. No caso de pessoas com deficiência visual, Silva e Salerno (2020) indicam que a participação depende da presença de profissionais preparados, do reconhecimento das necessidades dos praticantes, da confiança na condução e da adaptação das experiências. Do mesmo modo, trilhas, rios e áreas naturais não se transformam automaticamente em experiências pedagógicas, esportivas ou de lazer: Silva (2025) indica que trilhas ecológicas dependem de planejamento, orientação, leitura ambiental e mediação qualificada.

A formalização das práticas corporais e esportivas de natureza amplia determinadas possibilidades de experiência no Pantanal, mas de modo seletivo, pois depende de capitais e condições sociais que não se distribuem igualmente. O Estado como mediador do acesso emerge, portanto, da própria relação entre território, oferta e desigualdade nas condições de apropriação. Se o Pantanal Sul-Mato-Grossense é reconhecido por suas possibilidades de práticas corporais e esportivas de natureza, cabe às políticas públicas criar condições para que elas não permaneçam restritas ao evento, ao mercado turístico ou aos grupos que já dispõem dos capitais necessários para consumi-las. Em um contexto no qual a iniciativa privada se apresenta como principal forma de organização da oferta formal, a ausência de ação pública sistematizada tende a naturalizar a ideia de que o acesso ao território depende fundamentalmente da compra de serviços, pacotes, experiências ou eventos.

▼ CONCLUSÃO

O estudo analisou a oferta formal de práticas corporais e esportivas de natureza na região de Corumbá, no Pantanal Sul-Mato-Grossense, considerando modalidades ofertadas, formatos de acesso, valores praticados e características operacionais. Os dados permitiram identificar 21 ofertas vinculadas a 12 prestadores de serviço, concentradas em três grupos principais: navegação recreativa, canoagem e pesca esportiva embarcada. Essa configuração evidencia uma oferta fortemente relacionada às águas, aos rios e ao turismo de pesca, em diálogo com a centralidade histórica, cultural e econômica dessas práticas no território pantaneiro.

Os resultados indicam, contudo, que a existência de um território reconhecido por suas possibilidades de práticas corporais e esportivas de natureza não significa, necessariamente, uma oferta ampla, diversificada e socialmente acessível. A oferta formal identificada representa apenas uma forma específica de apropriação do Pantanal, marcada pela mediação comercial, por operadores privados, por diferentes exigências de tempo, por valores desiguais e por distintos níveis de organização técnica e turística. Nesse sentido, o Pantanal Sul-Mato-Grossense aparece como território de práticas, mas a oferta praticada formalmente corresponde a uma fração desse universo. Essa constatação reforça a necessidade de compreender o acesso não apenas como proximidade geográfica ou existência da natureza, mas como resultado de condições econômicas, culturais, corporais, temporais, simbólicas e institucionais.

Como delimitação metodológica, o estudo analisou a oferta formal identificável em fontes documentais, digitais, promocionais e em canais de atendimento, não tendo como objetivo mapear todas as práticas corporais realizadas cotidianamente no território pantaneiro. Assim, não foram incluídas observação direta das práticas, entrevistas com prestadores, usuários, moradores ou trabalhadores locais, nem caracterização do perfil social dos praticantes. Pesquisas futuras podem ampliar essa análise por meio de investigações empíricas com operadores turísticos, populações ribeirinhas, praticantes, gestores públicos e trabalhadores do setor, além de acompanhar a continuidade, a sazonalidade e a estabilidade dessas ofertas ao longo do tempo. Também são necessárias análises sobre o papel das políticas públicas na mediação do acesso, especialmente quanto ao planejamento, à formação profissional, à segurança, à acessibilidade e à inserção dessas práticas em contextos educacionais, recreativos e comunitários.

► *AGRADECIMENTOS*

Nada a declarar.

► *CONFLITO DE INTERESSE*

Os autores do estudo declaram não haver conflito de interesses.

► *FINANCIAMENTO*

Este estudo não teve apoio financeiro.

■ REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. S. **Ecoturismo e identidade no Pantanal Sul: usos da categoria "pantaneiro" em perspectiva**. 2023. 169f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/6507 Acesso em: 03/07/2026.

BANDUCCI JÚNIOR, A. **"Nativos" em trânsito: catadores de iscas e o turismo da pesca no Pantanal Mato-grossense**. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-25042023-115343/publico/2002_AlvaroBanducciJunior.pdf Acesso em: 03/07/2026.

BOURDIEU, P. **Sport and social class**. Social Science Information, v. 17, n. 6, p. 819-40, 1978. https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/053901847801700603

BOURDIEU, P. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-1992). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 03/07/2026.

BUNGENSTAB, G. C.; SOUZA, J. de; GARCIA, R. P. Para uma teoria do capital esportivo: conversações com Bourdieu e Lahire. **Educação e Pesquisa**, v. 48, p. e253013, 2022. https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248253013por

CASTRO, F. M. de M.; SPÍNOLA, C. de A. Metodologia de pesquisas na internet: breves considerações sobre uma pesquisa qualitativa em turismo nas redes sociais. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 5, n. 1, p. 170-188, 2015. https://doi.org/10.28998/RITURritur.V5.N1.A1766

CATELLA, A. C. **A pesca no Pantanal Sul**: situação atual e perspectivas. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2003. 43p. (Documentos/Embrapa Pantanal, n. 48). Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/799005/1/DOC48.pdf Acesso em: 03/07/2026.

COSTA, E. G. da; SANTOS, T. A. Entre o capital e o trabalho, o rio: turismo e a condição ribeirinha no Passo do Lontra, Corumbá (MS). **Entre-Lugar**, v. 17, n. 33, p. 192-218, 2026. https://doi.org/10.30612/rel.v17i33.19148

DIAS, C. A. G.; MELO, V. A.; ALVES JÚNIOR, E. D. Os estudos dos esportes na natureza: desafios teóricos e conceituais. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 7, n. 3, p. 358-67, 2007. https://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-05232007000300010

GILCHRIST, P.; WHEATON, B. Lifestyle sport, public policy and youth engagement: examining the emergence of parkour. International **Journal of Sport Policy and Politics**, v. 3, n. 1, p. 109-131, 2011. https://doi.org/10.1080/19406940.2010.547866

GLOBOESPORTE.COM. **Levar esporte às crianças é legado do Pantanal Extremo para Corumbá**. GloboEsporte.com, Mato Grosso do Sul, 14 nov. 2014. Disponível em: https://globoesporte.globo.com/ms/noticia/2014/11/levar-esporte-criancas-e-legado-do-pantanal-extremo-para-corumba.html Acesso em: 03/07/2026.

MACHADO, R. X.; COSTA, E. A. da. O turismo de pesca em Corumbá, na fronteira Oeste do Brasil. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 7, n. 1, p. 36-48, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufal.br/ritur/article/download/3479/3453 Acesso em: 03/07/2026.

MORETTI, E. C. **Paraíso visível e real oculto**: a atividade turística no Pantanal. Campo Grande: UFMS, 2006. 176p.

MUSGRAVE, R. A. **The theory of public finance**: a study in public economy. New York: McGraw-Hill, 1959.

MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. B. **Public finance in theory and practice**. 5. ed. New York: McGraw-Hill, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. **Eco Pantanal Extremo 2023 será de 15 a 17 de dezembro**; inscrições começam dia 16. Corumbá, 8 nov. 2023. Disponível em: https://corumba.ms.gov.br/noticias/eco-pantanal-extremo-2023-sera-de-15-a-17-de-dezembro-inscricoes-comecam-dia-16 Acesso em: 03/07/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. Pantanal Extremo 2026: evento esportivo em Corumbá-MS. Corumbá, 2026a. Disponível em: https://corumba.ms.gov.br/pantanalextremo/ Acesso em: 03/07/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. **Prefeitura de Corumbá abre inscrições para o Programa Geração Olímpica**. Corumbá, 4 mar. 2026b. Disponível em: https://corumba.ms.gov.br/noticias/prefeitura-de-corumba-abre-inscricoes-para-o-programa-geracao-olimpica Acesso em: 03/07/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. **Prefeitura confirma nova data do Pantanal Extremo para o primeiro semestre de 2026**. Prefeitura Municipal de Corumbá, Corumbá, 22 out. 2025. Disponível em: https://corumba.ms.gov.br/noticias/prefeitura-confirma-nova-data-do-pantanal-extremo-para-o-primeiro-semestre-de-2026 Acesso em: 03/07/2026.

RODRIGUES, W. P. **Uma análise sobre o turismo de pesca na comunidade do Porto da Manga-Corumbá/MS**: período fevereiro a dezembro de 2008. 2008. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2008. Disponível em: https://www.turismo.ms.gov.br/wp-content/uploads/2026/09/2008-Uma-analise-sobre-turismo-de-pesca-na-comunidade-do-porto-manga-1.pdf Acesso em: 03/07/2026.

ROTTA, M. A.; LUNA, H. S.; WEIS, W. A. (Orgs.). **Ecoturismo no Pantanal. Corumbá**: Embrapa Pantanal, 2006. 137p. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/812824/1/Livro027.pdf Acesso em: 03/07/2026.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2009. https://doi.org/10.63595/rbhcs.v1i1.10351

SANTOS, R. F. A mochilagem em Mato Grosso do Sul: rotas e perspectivas culturais. **Entre-Lugar**, v. 12, n. 23, p. 103-22, 2021. https://doi.org/10.30612/el.v12i23.14523

SILVA, C. B. da; SALERNO, M. B. Esportes de aventura para pessoas com deficiência visual: o que dizem sobre a prática? **Pensar a Prática**, v. 23, e60450, 2020. https://doi.org/10.5216/rpp.v23.60450

SILVA, C. J. da; SILVA, J. A. F. **No ritmo das águas do Pantanal**. São Paulo: NUPAUB/USP; Cuiabá: UFMT, 1995.

SILVA, D. M. da. Potencial educacional e interpretativo de trilhas ecológicas em Mato Grosso do Sul. **Ambiente & Educação**, v. 30, n. 3, p. 1-28, 2025. https://doi.org/10.63595/ambeduc.v30i3.19475

SOUZA, J. de; MARCHI JÚNIOR, W. Bourdieu e a sociologia do esporte: contribuições, abrangência e desdobramentos teóricos. **Tempo Social**, v. 29, n. 2, p. 243-86, 2017. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.106962

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J. de; MARCHI JÚNIOR, W. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: argumentação inicial sobre a importância da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 35, n. 3, p. 785-98, 2013. https://doi.org/10.1590/S0101-32892013000300018

VIOLIN, F. L.; ALVES, G. L. Da pesca ao natural: trajetória do turismo em Mato Grosso do Sul (1970 a 2015). **Sustentabilidade em Debate**, v. 8, n. 2, p. 130-46, 2017. https://doi.org/10.18472/SustDeb.v8n2.2017.21382

WATT, D. C. **Sports management and administration**. 2. ed. London: Routledge, 2006.

WHEATON, B. Introduction: mapping the lifestyle sport-scape. In: WHEATON, B. (Ed.). **Understanding lifestyle sports**: consumption, identity and difference. London: Routledge, 2004. p. 1-28.

WHEATON, B. **The cultural politics of lifestyle sports**. London: Routledge, 2013.

E-MAIL DOS AUTORES

Philipe Rocha de Camargo
philipe_camargo@ufms.br

Maria Eduarda da Costa e Silva
costa_maria@ufms.br

Giovanna Maarouf Fenuchi
giovanna.maarouf@ufms.br

LICENÇA DE USO

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, inclusive para fins comerciais, desde que atribuam o devido crédito aos autores e à publicação inicial nesta revista.